

**CARTA ABERTA DA ABRASME
AO MINISTRO DA SAÚDE, ALEXANDRE PADILHA**

18 de Maio de 2026, 25 Anos da Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/01): o Maio das Conquistas da Luta Antimanicomial.

São Paulo, 18 de maio de 2026

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Alexandre Padilha,

A Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), entidade historicamente comprometida com a defesa e a promoção da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial no Brasil, vem, por meio desta Carta Aberta, manifestar sua posição e propor uma agenda estratégica em celebração aos 25 anos da promulgação da Lei nº 10.216/01.

No governo anterior, marcado pela ruptura de um ciclo histórico de gestão alinhado aos princípios da Lei nº 10.216/01, às diretrizes da Organização Mundial da Saúde e aos ideais da luta antimanicomial, travamos uma luta incansável contra o processo de contrarreforma psiquiátrica. A contrarreforma efetuiu significativamente a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), retomando a ambulatorização do cuidado, priorizando o financiamento de hospitais psiquiátricos e incentivando práticas como o eletrochoque e a medicalização.

Por outro lado, é fundamental reconhecer e celebrar conquistas recentes do Governo Lula, que sinalizam a retomada do compromisso com a Reforma Psiquiátrica. A criação do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (DESMAD/MS) constitui uma vitória importante, ampliando a presença institucional da pauta. A retomada do credenciamento acelerado dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a recomposição inflacionária dos serviços da RAPS, o financiamento de novos dispositivos, o avanço na desinstitucionalização de hospitais psiquiátricos e de custódia, bem como a publicação do relatório “Saúde Mental em Dados”, reafirmaram a direção correta das políticas públicas.

A saúde mental deixou de ser uma agenda restrita aos usuários dos serviços especializados. Hoje, configura-se como tema central e transversal: no mundo do trabalho, com recordes de afastamentos por transtornos mentais; na educação, diante do aumento expressivo de demandas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem; no ambiente digital, com os impactos crescentes do uso excessivo de telas e da relação com os jogos de azar; e nas forças de segurança pública. Trata-se, portanto, de uma questão estrutural para toda a sociedade e para a classe trabalhadora brasileira.

Diante desse cenário, é imprescindível que o Ministério da Saúde retome, com vigor, o caminho da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica, reafirmando o cuidado em liberdade, a desinstitucionalização e os princípios da Carta de Bauru como fundamentos inegociáveis da política pública.

Para isso, deve-se **priorizar** a construção de políticas públicas **transversais** e **intersectoriais**, capazes de oferecer respostas à promoção do cuidado em liberdade em articulação com outros Ministérios, em especial aqueles ligados às políticas de álcool e drogas, trabalho, cultura, direitos humanos e ao fortalecimento do SUAS.

O mês de maio de 2026, marco dos 25 anos da Lei nº 10.216/01, deve se constituir como o **Maio das Conquistas da Luta Antimanicomial**, um período de celebração, mas, sobretudo, de avanço concreto nas medidas de saúde e nas parcerias com outros Ministérios, garantindo o efetivo direito à cidade e ao cuidado em liberdade.

Nesse sentido, a ABRASME propõe a seguinte agenda prioritária, orientada pelos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial:

- Zerar a fila de credenciamento de CAPS e demais serviços da RAPS, com especial atenção à ampliação dos CAPS 24h e das Unidades de Acolhimento;
- Cumprir integralmente e com urgência a Portaria GM/MS nº 5.500/24, garantindo recomposição financeira contínua da RAPS;
- Assegurar a participação da ABRASME e dos movimentos de usuários e familiares nos diversos Grupos de Trabalho sobre saúde mental no trabalho, na educação e no ambiente digital;

- Promover formações em saúde mental digital por meio de universidades públicas e centros de pesquisa reconhecidos e alinhados à Reforma Sanitária e Psiquiátrica, garantindo qualidade, ética e independência de interesses privados;
- Priorizar e acelerar o fechamento de hospitais psiquiátricos e de custódia, com metas públicas, transparentes e monitoráveis, além da consolidação das equipes EAP em todos os estados, fortalecendo seus dispositivos de integração de políticas públicas intersetoriais;
- Garantir financiamento permanente do eixo 7 da RAPS, superando a lógica de editais pontuais e de baixo valor, fortalecendo a autonomia e o protagonismo de usuários e familiares;
- Atualizar a Portaria nº 1.028/2005, que regula as ações de redução de danos sociais e à saúde para pessoas em uso de álcool e drogas;
- Publicar anualmente o relatório “Saúde Mental em Dados”, assegurando transparência, controle social e planejamento qualificado das políticas públicas.

Acreditamos que a implementação dessas medidas permitirá consolidar os avanços da Reforma Psiquiátrica e aprofundar a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com o cuidado em liberdade. Contamos com o compromisso e a liderança de Vossa Excelência para que maio de 2026 se torne, de fato, um marco histórico de celebração e renovação da luta antimanicomial no Brasil, um Maio que celebra os 25 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial.

Cordialmente,

Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME